

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E SUBJETIVAÇÃO

Alessandro Nobre Galvão¹

O Movimento Xingu Vivo para Sempre (doravante MXVPS) é uma organização não governamental fundada a partir dos debates sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu, ocorridos durante o Encontro Xingu Vivo para Sempre (EXVPS), na cidade de Altamira-PA, em maio de 2008². Como forma de reação absolutamente contrária ao projeto do governo, o EXVPS lança a carta Xingu Vivo para Sempre (CXVPX), documento que dá corpo jurídico/existência a uma vontade coletiva que clama por ser ouvida e por ser respeitada.

Em nosso entender, essa carta se configura como o acontecimento discursivo que *consagra juridicamente* o movimento Xingu vivo para sempre como porta-voz dos povos da bacia do Xingu que busca dar visibilidade ao direito dos povos indígenas, mas também criar um lugar de existência para os outros povos da floresta (incluindo-se aí os ribeirinhos, os extrativistas e os pescadores) e da cidade que historicamente foram invisibilizados pelo poder empreendedor.

A partir das condições de produção acima delineadas, o objetivo deste trabalho é examinar os mecanismos linguístico-discursivos pelos quais o porta-voz, na Carta Xingu Vivo para Sempre (CXVPS), ao enunciar como “nós” político, constrói sua representatividade por meio de processos discursivos caracterizados por uma configuração linguística recorrente na carta, qual seja, o emprego do “nós” político + construções relativas. Para alcançarmos nosso objetivo, inscrevemo-nos no campo teórico da Análise do Discurso Francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux, no final da

¹ Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Pará, doutorando pela mesma instituição. Professor da Faculdade de Ciências da Linguagem – UFPA/CAAB.

² Esse evento ocorre três anos após a aprovação, pelo congresso nacional, do decreto nº 788/2005 que autorizava a construção imediata da Usina Hidrelétrica de Belo Monte sem a necessidade das oitivas indígenas e um ano após o lançamento, pela Eletrobrás, de audiências públicas cujo objetivo era o de ouvir as populações indígenas e o de apresentar os mecanismos de mitigação dos impactos causados pelo projeto de barragem do rio Xingu.

década de 60 na França. Partimos do pressuposto de que o discurso, objeto por excelência dessa disciplina, constitui-se como um processo que sofre a determinação do tecido sócio-histórico-ideológico, sendo o sujeito não mais entendido como absolutamente uno e dono de suas vontades, mas descentrado e afetado pela determinação do inconsciente e da instância ideológica.

Antes de procedermos à análise das SDR recortadas da CXVPS, convém que elucidemos dois aspectos importantes, quais sejam, o que diz respeito ao funcionamento do discurso de recusa radical ao CHBM e o que se refere ao emprego discursivo do “nós” político na carta supracitada. Pêcheux (2009), ao elaborar sua tese materialista sobre os processos discursivos, fundamenta-se nos postulados althusserianos sobre o “efeito ideológico elementar”. Na visão do autor, nem os sujeitos, nem os sentidos são evidentes. O mecanismo responsável pelo efeito de transparência da linguagem e pela interpelação dos indivíduos em sujeito é a ideologia que, segundo Althusser (1983 p. 85) “representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”.

Com base em tais postulados, tomamos o discurso da recusa radical ao CHBM como o que se assenta numa formação ideológica segundo a qual o rio Xingu, em sua condição original³, é o elemento que garante a subsistência e a perpetuação do *modus vivendi* tradicional dos povos da bacia do Xingu. Esse discurso é atravessado pelo discurso do desenvolvimento sustentável cujos saberes redesenham os contornos do imaginário: a formação discursiva da recusa (FD da recusa) faz ver como evidente que a relação de subsistência dos povos da bacia com o rio Xingu constitui a única via capaz de perpetuar a existência do rio Xingu porque não o agride, não o depreda, não exaure seus recursos em nome do lucro, pelo contrário, utiliza-se dele de modo sustentável.

Na CXVPS, o sujeito assume posição nesse discurso quando qualifica os projetos desenvolvimentistas do Estado/poder empreendedor como “ameaças” ao rio Xingu. Ele enuncia com um “nós” inclusivo que abre para uma coletividade agregada a este dizer. Indursky (2000) defende a tese de que esse pronome tem a potencialidade

³ Estamos significando “condição original” como aquela em que se encontra o rio Xingu desde os seus primórdios, com sua configuração materialmente delineada pela natureza, tal como os primeiros habitantes indígenas da bacia do Xingu encontraram.

de “constituir o sujeito político por excelência”, pois sua fala configura a ação do grupo que representa: isto é, o sujeito que assume a palavra o faz em seu nome e em nome de outrem, a quem legitimamente representa. Estamos aqui nos reportando à figura enunciativa do porta-voz que, nas considerações de Zoppi-Fontana (2007), depreende-se como

um funcionamento enunciativo de mediação da linguagem como forma nova de enunciar a palavra política, através da qual um sujeito pertencente a um grupo, e reconhecido pelos outros integrantes como igual, destaca-se do resto como centro visível de um *nós* em formação, que o coloca em posição de negociador potencial com o poder constituído (ZOPPI-FONTANA, 2007, p. 20).

Visando compreender o modo como se apresenta discursivamente a figura enunciativa do porta-voz na CXVPS, observemos a sequência discursiva de referência (SDR) que segue:

(SDR1) **Nós**, *representantes* das populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, dos agricultores e agricultoras familiares, dos moradores e moradoras da cidade, dos movimentos sociais e das organizações não governamentais da Bacia do rio Xingu, nos reunimos no encontro Xingu Vivo para Sempre, realizado na cidade de Altamira (PA), entre os dias 19 e 23 de maio de 2008, para discutir, avaliar e denunciar as ameaças ao rio que nos pertence e ao qual pertencemos nós e reafirmar o modelo de desenvolvimento que queremos.

Ao abrir a carta com o “nós”⁴ (pronome de primeira do plural), o sujeito político agrega outros enunciadores a seu dizer. No caso da SDR em tela, o pronome “**nós**” refere os líderes e coordenadores do evento EXVPS⁵, refere, portanto, cada um dos participantes em seus lugares de poder constituído, quais sejam, o líder das comunidades indígenas, o líder do segmento ribeirinho, o líder do segmento extrativista, representantes de organizações da sociedade civil e, ainda, líderes de movimentos sociais. Esse escopo referencial discursivo do pronome em foco é sedimentado no

⁴ Indursky (1997) categoriza essa forma como *não pessoa discursiva*.

⁵ Os documentos que circulam na internet, de modo geral, ou mais especificamente, os que estão disponíveis no blog do Xingu vivo para Sempre, atestam a presença de sujeitos considerados pelos organizadores do evento como os líderes representantes dos povos impactados pelo CHBM.

imaginário de todos os participantes do evento, pois na ocasião de sua abertura, são apresentados símbolos, ícones que atestam a presença dos líderes de cada grupo⁶.

A legitimação discursiva do porta-voz pela produção de subjetividades alinhadas à ideologia que sustenta o discurso da recusa radical ao CHBM: o sujeito como detentor original da posse do rio Xingu

Na SDR seguinte, nosso gesto analítico compreende a oração relativa como aquilo que sustenta a enunciação de “nos sentimos afrontados em nossa dignidade e desrespeitados em nossos direitos fundamentais”, senão vejamos:

(SDR2) Nós, **que somos os ancestrais habitantes da Bacia do Xingu** (...) nos sentimos afrontados em nossa dignidade e desrespeitados em nossos direitos fundamentais com a projeção, por parte do Estado Brasileiro e de grupos privados, da construção de barragens no Xingu e em seus afluentes, a exemplo da hidrelétrica de Belo Monte.

Pelo que se vê, a relativa explicativa em análise evoca, lateralmente, o implícito de acordo com o qual o direito de posse de bens móveis (neste caso toda a bacia do rio Xingu e o próprio rio) se estabelece a partir da vivência do indivíduo no lugar reivindicado, desde que o mesmo tenha feito uso contínuo e ininterrupto por um lapso temporal. É justamente a evocação lateral desse pensamento que ajuda a sustentar as ações afirmativas de indignação contra o Estado/o empreendedor que, ao projetar o CHBM em terras que não lhe pertencem, estão ferindo os direitos fundamentais dos povos representados pelo porta-voz. Este, por sua vez, ao se apresentar como o detentor original da posse do rio reforça sua representatividade de mandatário que cobra por justiça perante o poder constituído. Isso explica o porquê de os sujeitos que se inscrevem na FD da recusa acusarem o empreendedor de usurpador, de violador de direitos. As perguntas são: usurpador de que? Violador do direito de quem? Ora, daqueles que há tempos se utilizam do rio em seu curso natural para sobreviver.

Estamos diante de mais uma formação imaginária engendrada no interior da formação ideológica que dá corpo ao discurso de recusa: a luta pela manutenção do

⁶ No vídeo do EXVPS é possível ver tais apresentações: a abertura com a dança dos líderes indígenas, a apresentação dos ribeirinhos encenando sua relação com o rio, etc.

bem público coletivo contra a usurpação e transformação do mesmo, pelo empreendedor, em bem privado. Vemos que o gesto de interpretar o rio como bem natural dos povos da bacia, silencia que, na forma do art. 20, III, da constituição federal, esse mesmo rio é um bem da união, podendo esta, em consonância com “um possível interesse maior da nação brasileira”, aproveitar o seu potencial hidrelétrico, por exemplo.

Portanto, na SDR2, o grupo de orações relativas explicativas em destaque produz um efeito de ontologização do real⁷ – o sujeito coletivo se sente “desrespeitado”, “afrontado em seus direitos fundamentais”, quais sejam, aqueles relativos ao usufruto da riqueza natural que detém por usucapião e que sempre garantiu sua existência/subsistência, porque o empreendedor ameaça tirá-los pela apropriação indevida do mesmo (aproveitamento hidrelétrico do Xingu).

Quando deslocamos o olhar para o nome “ancestrais”, pensamos no sentido dominante que circula em nossa formação social e que podemos inclusive encontrar nos dicionários: no Michaelis *online* este termo, a depender do seu funcionamento no sintagma, pode ser entendido como substantivo masculino cujo sentido remete aos antigos, aos que vieram antes da presente geração. Importa aqui lembrar um postulado tão caro à AD: as palavras ou expressões retiram seus sentidos da FD na qual se inscreve o sujeito discursivo para dizer. Importa ainda considerar, consoante as orientações teóricas de Orlandi (2012 p. 54), que na tomada de posição o sujeito recupera uma memória (histórica), mas às vezes deslocando os sentidos aí estabilizados, “fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e *fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido*. (grifo nosso) Nesse sentido, o ponto alto do funcionamento deste imaginário que alça o sujeito discursivo ao posto de proprietário original do rio Xingu é o que dilui as diferenças entre a presente geração e aqueles que vieram antes. A FD da recusa trabalha sobre a imagem de um tempo em que não existe diferença entre um antes e um depois, pois o porta-voz e seus representados gozam há tempos desse posto de donos das riquezas do Xingu. O efeito de sentido anula o

⁷ Cattelan (2003) elucida esse efeito afirmando se tratar de uma evidência construída social ideologicamente a partir da qual se processa um pensamento tido como verdade cristalina.

sentido de herdeiros naturais e desloca o significante para o efeito de proprietários originais. Dito de outro modo, o sentido de ancestral desliza para o de dono original desde os primórdios. Essa é a imagem construída e criada pelo sujeito coletivo que torna legítima a recusa a um empreendimento que não se encaixa em seu modelo tradicional de vida.

A legitimação discursiva do porta-voz pela identificação com as práticas de existência/subsistência do coletivo representado: a práxis de existência/subsistência dos povos da bacia

O efeito da consagração do porta-voz ganha um reforço a mais: ele compartilha com os representados as experiências que tornam evidente a relação de existência/subsistência dos povos da bacia com o rio Xingu. Dito de outro modo, constrói-se no imaginário coletivo a legitimidade deste lugar experimentado pelo mandatário: seu *modus vivendi* e o de seus representados (todo o processo que garante a subsistência dos povos da bacia) mantém profunda relação com o rio Xingu em seu estado original. Compartilhando as mesmas práticas que os vinculam à existência do rio, eles podem recusar Belo Monte porque não se adequa a este cenário imaginado. Vejamos a seguinte SDR:

(SDR3) Nós (...) **que navegamos seu curso e seus afluentes para nos encontrarmos; que tiramos dele os peixes que nos alimentam; que dependemos da pureza de suas águas para beber sem temer doenças; que dependemos do regime de cheias e secas para praticar nossa agricultura, colher os produtos da floresta e que reverenciamos e celebramos sua beleza e generosidade a cada dia que nasce;** nós temos nossa cultura, nossa espiritualidade e nossa sobrevivência profundamente enraizadas e dependentes de sua existência.

Nesta SDR, as construções relativas explicativas sinalizam para o conjunto das *práxis* que historicamente ligam o *modus vivendi* dos povos da bacia à existência do rio Xingu. O dizer do sujeito aponta para imaginário do rio Xingu sustentáculo da vida. É possível ouvirmos a voz da recusa trabalhando nesse dizer relativo às práticas dos povos da bacia, pois a referência aos peixes que servem de alimento, à navegabilidade do rio, a água pura disponível para beber, o regime de cheias e secas que possibilitam a agricultura reafirmam a riqueza que o rio representa e, ao mesmo tempo, o que se

pode perder segundo o EIA/RIMA⁸. Cada um desses elementos de subsistência sofrerá o impacto do CHBM que mudará radicalmente ou parcialmente a configuração original do rio Xingu, alterando significativamente o conjunto daquelas práticas supramencionadas. Não por acaso, o CHBM é constantemente categorizado pelas lideranças do MXVPS como “usina de morte”.

Nosso gesto de compreensão nos leva a crer que, se por um lado a referência a essas práticas identifica o porta-voz com o grupo que ele representa, reforçando a legitimidade dessa representação, esta, por sua vez, toma posição na FD da recusa, cujos saberes identificam o conjunto dessas *práxis* com os princípios da sustentabilidade. Por outro lado, aquela evocação aciona o pré-construído segundo o qual o rio Xingu, em seu estado original, sempre foi um sustentáculo vital para os povos da bacia e é por essa razão que o CHBM não pode jamais ser instalado, pois o mesmo não se encaixa no ideal de desenvolvimento sustentável defendido pelo MXVPS.

De maneira mais clara, a evocação desse implícito serve de base para a recusa do que se impõe a contragosto: a barragem que matará o rio. O direito de propriedade dos povos da bacia é garantido pela *práxis* histórica, pela tradição dos antepassados que antes ali se instalaram e que deixaram a riqueza às gerações presentes. O modo como se atesta essa pertença perpassa o conjunto das relativas explicativas ligadas ao “nós” que marca a dependência de um *modus vivendi* profundamente entrelaçado à própria existência do rio Xingu. Em suma, a explicitação de um sem número de práticas de vivência/sobrevivência intimamente ligadas à existência do rio (que aqui parafraseamos como “aquilo que importa para nossa subsistência porque suas águas garantem nosso ir e vir, nosso alimento”) tanto identifica o porta-voz com o coletivo impactado pelo CHBM quanto o alça à condição legítima de poder dizer não à Belo Monte.

A reflexão aqui proposta nos permitiu vislumbrar os mecanismos pelos quais o porta-voz do MXVPS constrói, discursivamente, sua legítima representatividade perante o poder constituído. Tais mecanismos, na forma de um conjunto de orações relativas ligadas ao “nós” político, materializam processos discursivos cujos funcionamentos indicam distintamente: a) a produção de subjetividade alinhada à ideologia que sustenta

⁸ Trata-se de um conjunto de documentos cujo objetivo é avaliar os impactos ambientais que dado empreendimento causará e ainda propor medidas para a mitigação desses impactos.

a FD da recusa; b) a identificação do sujeito discursivo com as práxis de existência/subsistência dos povos da bacia (que, discursivamente, alinham-se à FD da recusa).

No que tange ao primeiro funcionamento, flagramos na CXVPS um funcionamento discursivo explicativo da relativa, evidenciando um sujeito coletivo proprietário original do rio Xingu cujas ações sustentáveis sempre permitiram sua vitalidade, vista como única via de manutenção da vida dos povos da bacia. Ao produzir-se esta condição subjetiva pela evocação de um direito imaginariamente natural, o porta-voz tem pleno direito de recusar a instalação do CHBM que representa a destruição e a morte do rio Xingu.

No que se refere ao processo discursivo que identifica o porta-voz com o conjunto das *práxis* de existência/subsistência dos povos da bacia, compreendemos aí que a busca por uma legitimidade representativa leva o sujeito político a tomar posição na FD da recusa para pensar o rio Xingu como aquilo que de fato sustenta a vida. Dito de outra maneira, o dizer do porta-voz legitima seu *status* de representante dos povos da bacia porque se identifica com o imaginário segundo o qual o rio Xingu é o elemento que permite a vida, por isso precisa ser preservado e protegido contra as ações do poder empreendedor que visa destruí-lo em nome do lucro.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CATTELAN, J.C. *Michel Pêcheux: Entre o óbvio e o Nome Complexo*. São Paulo, Alfa, V. 57, n.2, p. 389-412, Revista de Linguística da Universidade Estadual Paulista, UNESP, nov/2013
- ORLANDI, P. E. *Análise do discurso*. Princípios e procedimentos. 10ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. 4º ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009
- INDURSKY, Freda. *A Fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997

_____. A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. Rio de Janeiro, *Alea*, V.2, p. 17-26, Revista do Programa de Pós-graduação em Letras neolatinas, UFRJ, set/2000.

ZOPPI-FONTANA, M. *Cidadãos modernos*. Discurso e representação política. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.